

I Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial

Realização: FCRB · UFF/PPGCOM · UFF/LIHED

8 a 11 de novembro de 2004 · Casa de Rui Barbosa – Rio de Janeiro – Brasil

O texto apresentado no Seminário e aqui disponibilizado tem os direitos reservados. Seu uso está regido pela legislação de direitos autorais vigente no Brasil. Não pode ser reproduzido sem prévia autorização do autor.

Impressão Régia do Rio de Janeiro: novas perspectivas

Márcia Abreu¹

Tarde; desgraçadamente tarde: mas em fim aparecem typos no Brazil; e eu de todo o meu Coração dou os parabéns aos meus compatriotas Brazilienses.

Correio Brasiliense, 1808.²

É difícil imaginar um mundo onde não se possa imprimir, mas assim era o Brasil até algum tempo atrás. Durante seus 3 primeiros séculos, o país permaneceu sem nenhuma tipografia instalada, apesar de algumas tentativas frustradas³, como a que empreendeu Antonio Isidoro da Fonseca ao tentar instalar uma casa tipográfica no Rio de Janeiro em 1747.⁴

¹ Esse trabalho é parte do Projeto Temático *Caminhos do romance no Brasil: séculos XVIII e XIX*, financiado pela FAPESP. Conta também com o financiamento do CNPq, sob a forma de bolsa de produtividade em pesquisa, e com o apoio do Real Gabinete Português de Leitura, que facultou a digitalização de seu acervo de romances dos séculos XVIII e XIX.

² “Estabelecimento da Imprensa no Brazil”, *Correio Brasiliense ou Armazem Literario*. Dir: Hipólito José da Costa. n.º 5. Londres: W. Lewis Paternoster Row, outubro de 1808.

³ Segundo Carlos Rizzini, no início do século XVIII, houve uma pequena oficina instalada no Recife que imprimia letras de câmbio e orações, suprimida por carta régia de 8 de junho de 1706, que mandava que “não imprimissem nem consentissem que se imprimissem livros ou papéis avulsos.” [RIZZINI, Carlos. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil – 1500-1822 com um breve estudo geral sobre a informação*. Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre: Livraria Kosmos Editora, Erich Eichner & Cia, 1946]. A falta de documentos comprobatórios da existência tanto da oficina quanto da carta régia gerou demorada polêmica sobre a suposta instalação da imprensa em Pernambuco. [Ver MARTINS, Wilson. *A palavra escrita*. São Paulo: Ática, 1996, 1ª edição. 1957; ROMANCINI, Richard. “A Querela da Imprensa: conflitos regionais e institucionais na construção da história”. In: *I Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial*. Rio de Janeiro: FCRB; UFF-PPGCOM; UFF-LIHED, 2004. www.livroehistoriaeditorial.pro.br/trabalhos4.shtml]. Em 1806, foi publicado em Vila Rica, sem que lá houvesse uma tipografia, um opúsculo intitulado “Canto Encomiástico de Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcellos”. Para compô-lo, o P. José Joaquim Viegas de Menezes abriu chapas de cobre e utilizou-as para imprimir. [Uma raridade bibliográfica: o Canto Encomiástico de Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcellos impresso pelo Padre José Joaquim Viegas de Menezes, em Vila Rica, 1806. Edição fac-similar com estudo histórico biobibliográfico de Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional; São Paulo: Gráfica Brasileira, 1986.]

⁴ DINES, Alberto. “Aventuras e Desventuras de Antônio Isidoro da Fonseca – nova documentação sobre a malograda Tipografia do Rio de Janeiro no século XVIII, com achegas aos 190 anos da imprensa brasileira”. In: DINES, Alberto; FALBEL, Nachman; MILGRAM, Avraham (org.) *Em nome da fé*. São Paulo: Perspectiva, 1999, pp. 75 – 89.

O Brasil era, sim, um lugar sem imprensa, mas não sem livros. Desde meados do século XVIII, aqueles que viviam aqui recorriam com frequência à importação para obter os livros de que necessitavam ou que queriam manter junto de si. Para remetê-los ao Brasil era necessário obter autorização da censura lusitana que registrava minuciosamente as solicitações e os despachos. Essa documentação, conservada pelo Arquivo Nacional da Torre do Tombo, guarda mais de 2.600 pedidos de autorização feitos entre 1769 e 1826 para remeter livros de Lisboa para o Brasil – número que se torna mais expressivo quando se considera que cada um dos pedidos requeria autorização para o envio de dezenas e, às vezes, centenas de obras. Após a transferência da corte para o Rio de Janeiro, acresceram-se novas formas de acesso aos livros, uma vez que passou a ser possível remetê-los de qualquer parte do mundo para os portos do Brasil, uma vez obtida licença da censura. O Arquivo Nacional do Rio de Janeiro conserva pouco mais de 100 pedidos de liberação de livros nas alfândegas brasileiras, entre 1808 e 1821.⁵

Se o recurso à importação tornava possível o acesso aos livros, alimentando os interesses dos leitores, o mesmo não se pode dizer a respeito dos autores, que, para ver suas composições impressas tinham de submeter-se a um longo e dispendioso processo. Em primeiro lugar, teriam de deslocar-se para Lisboa com seus manuscritos, ou conseguir um procurador na cidade que cuidasse de seus interesses, para quem encaminharia seus escritos. Em seguida, o texto deveria ser submetido à apreciação da censura a fim de obter permissão para impressão. Em caso positivo, a obra seria publicada por alguma casa impressora portuguesa e voltaria uma vez mais à censura para obter a “licença de correr”, que autorizava a obra a ser vendida. Mesmo cumpridas todas essas etapas um autor residente no Brasil ainda não teria seu livro em mãos, pois necessitaria voltar à instituição responsável pela censura e fazer um pedido de autorização para importação de seu próprio livro. Só então, a obra regressaria para o local onde nasceu, meses (ou, às vezes, anos) depois de haver sido composta.

Talvez por isso, muitos dos escritos produzidos no Brasil tenham permanecido inéditos durante o período colonial, como ocorreu com as poesias atribuídas a Gregório de Matos Guerra. Provavelmente compostas na segunda metade do século XVII, circularam em manuscritos até sua primeira edição, ocorrida apenas no início do XIX,

⁵ Sobre as remessas de livros da Europa para o Brasil ver ABREU, Márcia. *Caminhos dos livros*. Campinas: Mercado de Letras / ALB / FAPESP, 2003.

no interior do *Parnaso brasileiro* – antologia de poemas preparada por Januário da Cunha Barbosa e publicada no Rio de Janeiro, em 1831.⁶

Muito diferente foi o destino de *Marília de Dirceu*, cuja primeira edição data de 1792 e que, portanto, foi submetida ao processo acima descrito. Thomas Antonio Gonzaga vivia no Brasil desde 1782, quando foi nomeado ouvidor geral de Vila Rica. Preso em 1789 como participante da Inconfidência Mineira, foi enviado ao Rio de Janeiro onde permaneceu encarcerado até 1792, quando foi condenado a dez anos de desterro em Moçambique.⁷ Todos os poemas que integram *Marília de Dirceu* foram compostos nessa década em que ele viveu no Brasil. Enquanto o autor estava no cárcere, começaram os trâmites para publicação de sua obra.⁸

Os arquivos portugueses guardam 17 requerimentos para obtenção de licença de impressão e de correr, relativos a edições de *Marília de Dirceu*, entre 1796 e 1829. Sintomaticamente, em nenhum deles se faz menção ao nome do autor e sim aos responsáveis pela edição.⁹ O fato de não se explicitar o nome do autor não dificultou a aprovação da obra, sucessivamente reeditada. Tampouco fez diminuir a admiração do censor como Francisco Xavier de Oliveira que, em 1799, preparou o seguinte parecer:

“Senhora

Êste Folheto intitulado = Marilia de Dirceo que o Supplicante [Antonio Manoel Polycarpo da Silva] pertende reimprimir contem trintaetres Poemas acada hum dos quaes denomina = Lira = oseu Author. Eu direi que saõ d’oiro as cordas destas Liras, eque oseu som naõ he menos canoro n? menos armonioso, que a de Apollo taõ decantada pelos Poetas. Se eu aspirasse à gloria de Lirico só dêste teria inveja, enaõ daquelles tenebrosos Escritores de Odes enigmaticas, eSibillinas, cuja advinhação me-custa às vezes rios de suor. Ó que Poeta, filho da natureza, e aluno das Graças! Certo que a indole de Anacreonte, Laso, e Theocrito naõ foi mais feliz, que a do bom Dircêo. Se estes três Poetas resuscitassem, e apparecessem vivos no mundo, naõ se envergonhariã deserem os Authores detaõ lindos versos. Eu falo sem paixãõ, pois nem ao menos conheço quem os-escrevêo; falo, digamo-lo assim, ex abundantia cordis, eporque naõ he rasaõ que se-negue o louvor aquem delle se faz taõ benemerito.

Portanto me parece bem justo, que V.Mag^{de}. permita que se-reimprima heste pequeno Livro, que dá taõ grande gloria à Literatura Portugueza.

⁶ Apesar das dificuldades oriundas da obrigatoriedade de imprimir em Portugal, muitos autores que viviam no Brasil não esmoreceram e publicaram seus escritos. Segundo Hallewell, a *Biblioteca Lusitana* de Diogo Barbosa Machado, publicada entre 1741 e 1759, apresenta obras publicadas de 91 autores aqui nascidos. [HALLEWELL, Laurence. *O Livro no Brasil*, São Paulo, EDUSP, 1985, p. 23]

⁷ Thomas Antonio Gonzaga morreu em Moçambique em 1810.

⁸ Data de 1792 a 1ª edição da primeira parte de *Marília de Dirceu* e de 1799 a 1ª edição da segunda parte. Em 1800 saiu a 1ª edição de uma terceira parte da obra, cuja autenticidade é hoje questionada.

⁹ Antonio Manoel Polycarpo da Silva, em 1798, 1799, 1804, 1813; Manoel José Moreira Pinto Baptista, em 1800; Antonio Nunes dos Santos em 1802; Manoel Rodrigues Neves, em 1811; Manoel Pedro de Lacerda, imprimir em 1811 e em 1819 e correr em 1812; Costa Paiva e Companheiro, no Porto, em 1817, 1818; João Francisco Rolland em 1820, 1827; João Nunes Esteves, licença de correr em 1829.

V. Mag^{de}. comtudo mandara oque for servida.
Lx^a. de Janeiro de 1799.
Francisco Xavier d'Oliveira.

Não foi pequeno o entusiasmo do censor Francisco Xavier de Oliveira.¹⁰ Professor de Retórica e Poética, e um dos censores mais rigorosos quando se tratava de examinar questões estéticas, raras vezes manifestou juízo tão favorável a uma obra quanto o fez neste parecer. Agenciando referências culturais clássicas, equipara os versos de Tomás Antonio Gonzaga aos dos poetas gregos Anacreonte, Laso e Teócrito, fazendo o maior elogio possível num tempo em que a qualidade de uma obra era medida por sua semelhança com os grandes escritos da Antigüidade. Mantendo-se no mesmo registro, Francisco Xavier re-afirma uma das *tópicas* da leitura erudita do século XVIII: o bom julgamento das obras de belas-letras é o que se faz sem paixão. Desconhecendo o autor e a origem da obra, não se deixar afetar por emoções externas ao texto, produzindo um julgamento é correto das líras nas quais vê exemplos de excelência no manejo de versos líricos e bucólicos.¹¹ Suas virtudes não se limitam, entretanto, à semelhança com modelos e formas consagrados; os versos parecem bons por não aderirem à voga dos poemas obscuros e enigmáticos, sendo simples e diretos.¹²

Em várias ocasiões o livro voltou às mãos de Francisco Xavier de Oliveira para que ele se pronunciasse quanto à impressão, reimpressão ou circulação de *Marília de Dirceu*. A passagem do tempo e o re-exame sucessivo do texto não diminuía seu apreço pela obra. Anos depois da primeira leitura ele dizia: “esta inimitavel Obra, intitulada = Marília de Dirceo = merece alicença que oAuthor, digo, o Editor pede para faze-la reimprimir.”¹³ Nesse parecer, datado de 17 de fevereiro de 1811, mantém-se a admiração pelo texto e a omissão do nome do autor – a essa altura, certamente já conhecido pelo censor, mas ainda silenciado nos pedidos de autorização.

¹⁰ Segundo Inocêncio, Francisco Xavier de Oliveira foi “Professor Regio de Rhetorica e Poetica em Lisboa pela resolução regia de 10 de Novembro de 1771, com exercicio no Collegio Real de Nobres, e depois no antigo estabelecimento d'estudos do bairro d'Alfama. Impossibilitado a final, por sua idade e molestias chronicas acompanhadas de cegueira, viveu assim alguns annos, morrendo (ao que parece) no de 1823, ou pouco depois.” SILVA, Innocencio Francisco da. *Diccionario Bibliographico Portuguez*. vol III, pág. 93. Ophir, Biblioteca Virtual dos Descobrimentos Portugueses, 9, 2001.

¹¹ Sobre a maneira como se liam obras de Belas Letras, ver “Da maneira correta de ler: leituras das Belas Letras no Brasil colonial”. In: *Leitura, História e História da Leitura*, Campinas, Mercado de Letras/ALB/FAPESP, 2000, pp. 213 a 234.

¹² A leitura do censor anuncia interpretações que se tornariam lugar-comum nos estudos posteriores, como a aproximação entre os versos de *Marília de Dirceu* os de Anacreonte e Teócrito e o elogio da simplicidade.

¹³ Real Mesa Censória, Arquivos Nacionais Torre do Tombo, Lisboa (doravante RMC – ANTT) – Caixa 70 – 1811 (J – V).

Já os leitores que viviam no Brasil não demonstraram o mesmo interesse. A crer nas informações contidas nos documentos apresentados à censura lusitana para obtenção de licença para remessa de livros, os primeiros 8 anos de vida de *Marília de Dirceu* passaram despercebidos para os moradores do Rio de Janeiro, cidade para a qual não se registra nenhuma remessa da obra entre 1792 e 1800. Neste mesmo período, segundo Laurence Hallewell¹⁴, o livro teve quatro edições em Lisboa, uma das quais vendeu 2.000 exemplares em apenas seis meses.¹⁵

Ao contrário do que ocorreu com o censor, que desconhecia o responsável pelos versos, os moradores do Brasil poderiam até mesmo ter conhecido pessoalmente o autor, mas para ler seus escritos em letra de forma deveriam submeter-se ao processo de requisição de autorização em Portugal. Talvez justamente por conhecê-lo ou por saber de seu destino, não houve, até 1800, nenhuma remessa de *Marília de Dirceu* para o Rio de Janeiro. A partir daí, provavelmente estimulados pelo sucesso editorial do livro, alguns livreiros começam a submeter pedidos de autorização para, em seguida, remeter exemplares da obra ao Rio de Janeiro.¹⁶ E não devem ter se arrependido, pois, entre 1808 e 1826, *Marília de Dirceu* foi um dos 10 livros de Belas Letras mais remetidos para a cidade.

Apesar das dificuldades geradas por esse sistema de impressão e importação, foi preciso esperar a transferência da Família Real para o Brasil para que a conveniência de poder imprimir sem ter que atravessar o Atlântico fosse sentida.¹⁷ Imediatamente após a chegada à América, os homens do governo, que tinham que distribuir manuscritos para comunicar seus atos e decisões, perceberam a impossibilidade de manter o Brasil como sede do Reino, sem a instalação de uma casa impressora. D. Fernando Joze de Portugal,

¹⁴ HALLEWELL. op. cit., pág. 23.

¹⁵ Veja-se, a guisa de comparação, que *O Uruguay* publicado com apoio do mais poderoso ministro português teve 1.036 exemplares como 1ª tiragem. Isso foi considerado uma enormidade principalmente porque a população portuguesa à época contava 2.300.000 habitantes. [SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal*. Volume VI: *O despotismo iluminado (1750-1807)*, Lisboa, Editorial Verbo, 1996.]

¹⁶ Entre 1800 e 1807, portanto antes que houvesse possibilidade de imprimir no Brasil, apresentaram pedidos para remessa de *Marília de Dirceu* para o Rio de Janeiro: em 1800, Viúva Bertram e Filhos e Francisco Rolland; em 1802, Paulo Martins e, novamente, Francisco Rolland e Viúva Bertram e Filhos; em 1803, Simão Taddeo Pereira (2 pedidos); e, em 1807, Paulo Martins e Filhos. [“Catálogos: exame dos livros para saída do reino”, destino: Rio de Janeiro, caixas 153 – 154, (RMC – ANTT)]

¹⁷ Antes de se instalar no Brasil, a imprensa estava presente no Novo Mundo desde longa data. Segundo Alberto Dines, “o Brasil foi o 12º país da América Latina a obter, da respectiva metrópole, o direito de impressão. A primeira oficina do Novo Mundo foi instalada no México, em 1535, e seguiu-se a de Lima, Peru, 1584.” (DINES, Alberto. op. cit., p. 75.) Hallewell traz informações que permitem perceber a progressão da instalação da imprensa nas colônias americanas: Havana (1707), Jamaica (1718), Barbados (1730), Virgínia (1736), Bogotá (1739), Santiago do Chile (1748), Quito (1760), Nova Orleans - sob domínio espanhol – (1764), Buenos Aires (1780), Santo Agostinho – Flórida – (1783) (HALLEWELL. op. cit., p. 13.)

por exemplo, ao informar a criação de um Tribunal a D. Rodrigo de Souza Coutinho, ministro da Guerra e dos Negócios Estrangeiros, enfatizava a inexistência de uma casa impressora antes mesmo de começar sua comunicação:

Para D. Rodrigo de Souza Coutinho

Il^{mo}. e Ex^{mo}. S^r. = Como ainda não há Impressão remeto a V. Ex^a. por copia assinada por João Alvares de Miranda Varejão Official desta Secretaria de Estado o Alvara de 22 de Abril passado pelo qual Sua Alteza Real foi servido crear nesta Cidade hum Tribunal para nelle se decidirem os negocios pertencentes a Mesa do Desembargo do Paço, Mesa de Consciencia e Ordens, e Conselho do Ultramar, na forma que nelle se declara // Deos guarde a V. Ex^a. Paço em 13 de maio de 1808 // D. Fernando Joze de Portugal // S^r. D. Rodrigo de Souza Coutinho.¹⁸

Nesse mesmo dia, 13 de maio de 1808, D. João VI oficializou a instalação de uma casa impressora destinada a publicar os papéis oficiais do governo e “todas e quaisquer outras obras”:

“Tendo-me constado, que os Prelos, que se achão nesta Capital, erão os destinados para a Secretaria de Estado dos Negocios Estrangeiros, e da Guerra; e Attendendo á necessidade, que há da officina de impressão nestes meus estados: Sou servido, que a caza, onde elles se estabeleceram, sirva interinamente de Impressão Régia, onde se imprimaõ exclusivamente toda a Legislação, e papeis diplomaticos, que emanarem de qualquer repartiçãõ do meu Real Serviço; e se possaõ imprimir todas, e quaesquer outras obras; ficando inteiramente pertencendo o seu governo, e administração á mesma Secretaria. Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, do meu Conselho de Estado, Ministro, e Secretario dos Negocios Estrangeiros, e da guerra o tenha assim entendido; e procurará dar ao emprego da officina a maior extensão, e lhe dará todas as Instrucçoens e ordens necessárias, e participará a este respeito a todas as estações o que mais convier ao meu Real serviço. Palácio do Rio de Janeiro, em treze de Maio de mil oito centos, e oito.”¹⁹

Instalada, a Impressão Régia do Rio de Janeiro não se limitou a colocar em letra de forma os éditos, avisos e alvarás, mas imprimiu toda sorte de escritos, inclusive obras

¹⁸ Registro de Avisos e Officios – notações dos livros da Corte. Série Interior / Gabinete do Ministro. Código do Fundo: A6. Seção de Guarda: Codes. Livro 1. Ano 1808-1809. IJJ-1 ¹⁵⁵, pág 39. Arquivo Nacional - Rio de Janeiro. Grifo meu.

¹⁹ Transcrição do decreto conforme a seção “Miscellanea” do *Correio Brasiliense* n^o 6, de novembro de 1808.

poéticas e ficcionais. A julgar pelo que restou dessa produção, a imprensa foi inserida rapidamente nas práticas de adulação dos poderosos, pois foram impressas quantidades significativas de poemas em elogio aos soberanos, recitativos para as datas natalícias de membros da Família Real, orações congratulatórias por vitórias das tropas lusitanas contra os invasores franceses etc.

Durante o período de atividade da Impressão Régia,²⁰ esse tipo de composição predominou no campo das Belas Letras, mas houve espaço também para a publicação de um dos gêneros preferidos pelo público da época: o romance²¹. Segundo Rubens Borba de Moraes, em “A impressão régia do Rio de Janeiro: origens e produção”:

“No começo do século XIX a moda de ler romances atinge Portugal. Aparecem traduções e adaptações de novelas célebres, geralmente francesas. São publicadas, quase sempre, sem nome de autor, porém com títulos sugestivos de maneira a tentar o provável leitor e principalmente as leitoras. Contam histórias sentimentais ou morais, geralmente tristes como convém à alma romântica da época de Chateaubriand, de Novalis, do *Werther* de Goethe. Com a vinda da Corte e a mudança para o Rio de quase toda a nobreza e da burguesia rica de Lisboa, a moda de ler romances pegou na nova capital. A Impressão Régia publicou mais de vinte entre os anos de 1810 e 1818. É considerável e demonstrativo. São quase todas essas novelas reimpressões de obras francesas já traduzidas e publicadas em Portugal.”²²

²⁰ A Impressão Régia passa a chamar-se Real Officina Typographica, em 1815, Typografia Nacional, em 1822, e, posteriormente, Imprensa Nacional (nome que guarda até hoje). Examino aqui os anos em que estiveram em atividade a Impressão Régia e a Real Officina Typographica, empregando, como é de praxe nos trabalhos sobre essa matéria, a denominação Impressão Régia para designar a casa impressora durante todo o período colonial.

²¹ No século XVIII e em parte do XIX não há uma nomenclatura fixa para designar o conjunto dos escritos de prosa ficcional, referidos como “romance”, “novela”, “história” ou “conto”. Maria Beatriz Nizza da Silva elabora uma interessante lista de designações que acompanhavam os títulos das obras anunciadas no Rio de Janeiro entre 1808 e 1821: “novela inglesa”, “novela africana”, “novela saboiarda”, “novela americana”, “novelas galantes e instrutivas”, “conto alegórico e moral”, “conto histórico”, “contos morais”, “contos filosóficos”, “história oriental”, “história verdadeira”, “história indiana”, “história moral e política”, “história moral”, “anedota histórica” [SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura e Sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)*, São Paulo, Cia Editora Nacional, 1978, p. 197]. Emprego o termo “romance” para referir esse conjunto de escritos, pois foi o que, ao longo do século XIX, firmou-se para designar a prosa ficcional moderna.

²² MORAES, Rubens Borba de. “A impressão régia do Rio de Janeiro: origens e produção” In: CAMARGO, Ana Maria de Almeida e MORAES, Rubens Borba de. *Bibliografia da Impressão Régia do Rio de Janeiro*. São Paulo: EDUSP, Livraria Kosmos Editora, 1993, vol I, p. XXIX.

É fato que “a moda de ler romances” tinha tomado conta de Portugal e do Brasil, mas já desde o século anterior.²³ Assim como aconteceu no resto da Europa, a partir de meados do XVIII, o interesse dos leitores que viviam no Brasil se dirigia cada vez mais para a leitura de obras ficcionais, obtidas, como se viu, por meio de importações. Parece natural, portanto, que a casa impressora instalada no Rio de Janeiro ocupasse parte de seu tempo com a impressão de obras desse tipo.

Entretanto, é difícil saber precisamente quantos e quais romances foram efetivamente publicados no Rio de Janeiro, já que a identificação das obras saídas dos prelos da Imprensa Régia passou por diversos percalços.

O primeiro conjunto de informações sistematizadas sobre a Imprensa Régia foi elaborado por Alfredo do Valle Cabral em *Anais da Imprensa Nacional do Rio de Janeiro (1808 – 1822)*, publicado em 1881.²⁴ Neste precioso trabalho, Valle Cabral apresentou inestimável estudo acerca do funcionamento da Imprensa Régia e do sistema de censura a ela relacionado, dando a conhecer documentos posteriormente desaparecidos em incêndio havido nos arquivos da Tipografia Nacional. Além disso, buscou reconstituir o conjunto dos títulos publicados pela casa, recorrendo a diversas fontes: os registros do acervo da Biblioteca Nacional, os próprios arquivos da Tipografia Nacional, e os anúncios de livros publicados em periódicos da época. Apesar dos esforços, ele mesmo declarou: “pela dificuldade de não se encontrarem hoje algumas das obras publicadas naquele período, não é trabalho completo”, e acrescentou, “das que não pude ver exemplares acuso as fontes de onde extraí as respectivas notícias.”²⁵

Assim, a relação de obras composta por Cabral não é, segundo ele mesmo, completa ou segura. Por exemplo, o primeiro dos romances mencionados nos *Anais* (*O Diabo coxo*, de Alain-René Lesage) não foi jamais visto por ele e, portanto, é assim indicado:

DIABO (o) coxo, verdades sonhadas e novelas da outra vida. *Rio de Janeiro, na Imprensa Regia*, 1810, 2 v., in ...

²³ Sobre a difusão dos romances no Brasil, cf ABREU, Márcia. *Os Caminhos dos livros*. Campinas: Mercado de Letras/ALB/FAPESP, 2003.

²⁴ CABRAL, Alfredo do Valle. *Anaes da Imprensa Nacional do Rio de Janeiro de 1808 a 1822*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1881. Republicados pelo Curso de Pós-graduação em Letras da Faculdade de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul em *Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias da PUCRS*. Porto Alegre, volume 4, nº. 3, dezembro de 1998.

²⁵ CABRAL, op. cit, p.9.

Indicado no Registro da Biblioteca Nacional e na *Gazeta* de 26 de janeiro de 1811.²⁶

Está claro que ele jamais teve o livro em mãos, mas não perdia a esperança de encontrá-lo, deixando a indicação do formato como *in...* Tendo visto os registros da BN, pôde indicar o restante da referência bibliográfica, anotando local, casa impressora e número de volumes. Em outros casos, sequer essas informações foram obtidas, pois a única fonte da qual se extraíram informações sobre os livros foram anúncios de jornais que mencionavam apenas o título das obras postas à venda. Cabral, supondo que o anúncio significava a impressão feita no Rio de Janeiro, completava as referências bibliográficas, anotando, invariavelmente, *Rio de Janeiro, na Impressão Régia*, e indicando como data de publicação o ano do anúncio. Utilizando-se desse sistema, Valle Cabral catalogou 25 romances como tendo sido publicados no Rio de Janeiro entre 1810 e 1822, dos quais chegou a ver apenas sete.²⁷

Obviamente há pouca sustentação na hipótese de que toda obra anunciada pudesse ter sido impressa no Rio de Janeiro, sobretudo quando se sabe que a prática das importações de livros era corriqueira e volumosa. Maria Beatriz Nizza da Silva, no livro *Cultura e Sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)*, publicado em 1978, indica claramente a dificuldade de se partilhar do pressuposto de Valle Cabral:

“Ora, há novelas que aparecem na sua lista apenas por indicação da *Gazeta do Rio de Janeiro*, periódico no qual não só são anunciadas as obras publicadas no Rio, como aquelas que eram importadas, o que se presta a uma certa confusão, dado que os livreiros anunciavam por vezes, indiscriminadamente, umas e outras.”²⁸

Cautelosa, Maria Beatriz toma como publicação da Impressão Régia apenas as obras que pôde ler na Biblioteca Nacional, pois “quanto a essas não existe qualquer

²⁶ CABRAL, op. cit, p. 52. Grifos do autor.

²⁷ Valle Cabral arrola 1251 títulos como tendo sido impressos pela Impressão Régia.

²⁸ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura e Sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)*, São Paulo, Cia Editora Nacional, 1978, p. 205, 206. Anos antes, no artigo “Livro e Sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)”, Maria Beatriz já havia indicado claramente o “erro” em que incorrera Cabral: “a estrutura do anúncio, repetida em todos os números do periódico [*Gazeta do Rio de Janeiro*], fornece-nos deste modo duas séries paralelas e aparentemente independentes uma da outra: numa os textos publicados na Corte, na outra os livros à venda, que incluíam os importados da metrópole. Não nos teríamos certamente detido neste problema das duas séries, se não fossem elas as responsáveis por certos erros cometidos por Alfredo do Vale Cabral nos *Anais da Imprensa Nacional do Rio de Janeiro de 1808 a 1822*” [*Revista de História*, n.º. 94, 1973, p. 443]

dúvida sobre a sua edição no Rio de Janeiro”, reduzindo drasticamente o conjunto de livros considerados a apenas quatro.

Suas dúvidas acerca do recurso aos anúncios como fonte para o estabelecimento dos títulos publicados no Brasil são bastante fundadas. Por exemplo, a obra “A Cadelinha pelo author do Piolho Viajante”, foi incluída na bibliografia organizada por Alfredo do Valle Cabral a partir da localização de uma propaganda divulgada na *Gazeta do Rio de Janeiro* de 6 de julho de 1816, apesar de ele jamais a ter visto. Consultando os arquivos da Biblioteca Nacional de Lisboa é possível constatar que a história da cadelinha foi publicada pela Impressão Régia **de Lisboa**, em 1816, mesmo ano em que se veiculou o anúncio. Portanto, a propaganda da *Gazeta* muito provavelmente dizia respeito a um livro importado de Portugal.²⁹

Por isso, Maria Beatriz Nizza da Silva descartou as obras publicadas em Portugal das possíveis publicações da Impressão Régia do Rio de Janeiro, pois acreditava que “é pouco provável que houvesse outra edição carioca dos mesmos textos com um intervalo tão curto, tanto mais que o custo de impressão era superior no Rio.”³⁰ A hipótese é lógica, mas não parece ter sido o que ocorreu, pois localizei, na Biblioteca Nacional de Lisboa, edições portuguesas de obras efetivamente publicadas pela Impressão Régia do Rio de Janeiro produzidas em datas muito próximas. É o caso de *O Castigo da Prostituição*, publicado pela Impressão Régia do Rio de Janeiro, em 1815, e pela Impressão Régia de Lisboa, em 1818.³¹ Alfredo do Valle Cabral jamais teve em mãos *O Castigo da Prostituição*, tendo referido a obra apenas por tê-la visto anunciada na *Gazeta do Rio de Janeiro* de 24 de janeiro de 1816. Uma vez que a publicação lisboeta é posterior, o anúncio certamente faz referência à edição carioca. Assim, não é prudente desconsiderar as obras referidas apenas em anúncios, assim como parece difícil descartar da lista das possíveis publicações cariocas, os títulos saídos dos prelos portugueses em datas próximas.

²⁹ *Novella, ou conto intitulado: Cadelinha pelo author do Piolho Viajante*. Lisboa, Na Impressão Regia, Anno 1816. 59 pag.

³⁰ SILVA, M.B.N. *Cultura e Sociedade*. op. cit. p. 206.

³¹ *O Castigo da Prostituição*. Novella: Traduzida do francez. **Rio de Janeiro. Na Impressão Regia**. 1815. Com Licença. Localizado na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, na seção de Obras Raras, com a cota: 37, 10, 9. *O Castigo da Prostituição*. Conto moral traduzido do francez por ***. **Lisboa. Na Impressão Regia**. 1818. Com Licença. 32 páginas. Localizado na Biblioteca Nacional de Lisboa, com a cota: L 18 334¹ P. Percebe-se a dificuldade em se definir uma nomenclatura para designar as obras em prosa de ficção. Nesse caso, o mesmo título é designado como “novella” no Rio de Janeiro e como “conto moral” em Lisboa.

Rubens Borba de Moraes e Ana Maria de Almeida Camargo continuaram o trabalho de Valle Cabral, buscando comprovar a publicação dos livros pela Imprensa Régia e encontrar novos títulos.³² No texto introdutório à valiosa *Bibliografia da Imprensa Régia do Rio de Janeiro*³³, publicada em 1993, Ana Maria de Almeida Camargo apresenta o objetivo do trabalho – “atualizar a clássica e rara bibliografia elaborada por Alfredo do Valle Cabral” – e admite que, no final do século XX, as condições de localização e identificação das obras publicadas pela Imprensa Régia eram ainda mais adversas do que eram no final do XIX. Nos últimos cem anos, o Arquivo da Imprensa Nacional – fonte importante do trabalho de Cabral – perdeu-se em um incêndio, ocorrido em 1911, e o acervo da Biblioteca Nacional, surpreendentemente, diminuiu, não contando mais com diversos documentos consultados por Valle Cabral. Apesar das adversidades, os pesquisadores consultaram um conjunto de instituições muito mais amplo do que aquele a que teve acesso Cabral, de modo que localizaram e tiveram em mãos obras cuja publicação pela Imprensa Régia fora apenas suposta por Cabral. Além disso, Camargo e Moraes arrolaram mais dois romances, anunciados em jornais não consultados por Cabral.³⁴

Rubens Borba de Moraes enfatiza a relevância da publicação de obras literárias na ocupação dos prelos cariocas – “na realidade a sua maior produção é de literatura”³⁵ – e, dentre elas, destaca a prosa ficcional. O primeiro dos romances aqui impressos, jamais visto por Cabral, foi localizado, adquirido e incorporado à biblioteca de Rubens Borba de Moraes que comenta:

³² Em *O bibliófilo aprendiz*, Rubens Borba de Moraes afirmava: “Vale Cabral arrola 1251 impressos entre 1808 e 1822. Mas há mais. Não muito, mas bastante se incluirmos as Cartas-Régias, Alvarás e outras peças oficiais que lhe escaparam e algumas dezenas de folhetos que ele não cita, mas existem”. [MORAES, Rubens Borba de. *O bibliófilo aprendiz*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975, 2ª edição, p. 172]

³³ CAMARGO, Ana Maria de Almeida & MORAES, Rubens Borba de. *Bibliografia da Imprensa Régia do Rio de Janeiro*, São Paulo, EDUSP / Livraria Kosmos Editora, 1993, 2. Vol.

³⁴ Além dos periódicos compulsados por Cabral, acrescentaram o *Diário do Rio de Janeiro* e o *Diário Extraordinário do Rio de Janeiro*. Rigorosos, os pesquisadores indicaram a sigla da instituição ou coleção em que foi consultada a obra descrita, mas mantiveram na *Bibliografia* livros indicados por Cabral e jamais vistos. Ana Maria de Almeida Camargo adverte que “as indicações deram preferência, sempre, às fontes mais dignas de crédito: os próprios *Annaes*, no caso das obras efetivamente vistas ou citadas conforme os registros consultados na Biblioteca Nacional; e as referências feitas por outras bibliotecas e os anúncios de venda na imprensa da época, livres das intervenções a que foram submetidos por Cabral” – que, como vimos, completava as indicações bibliográficas a partir da suposição de que obras anunciadas eram obras impressas no Rio de Janeiro. [CAMARGO, Ana Maria de Almeida. “Dos *Annaes da Imprensa Nacional* à *Bibliografia da Imprensa Régia*”. In: CAMARGO & MORAES, op. cit. p. XV]

³⁵ MORAES, Rubens Borba de. “A Imprensa Régia do Rio de Janeiro: origens e produção”. In: CAMARGO & MORAES, op. cit. p. XXVII

“O primeiro romance que apareceu foi *O DIABO COXO...*, de Lesage. Foi publicado em 1810, em dois pequenos volumes sem nome de autor. Continuam a série duas novelas francesas, as duas obras imortais de Bernardin de Saint-Pierre: *A choupana Índia...* e *PAULO E VIRGINIA ...*, ambas impressas sem nome do autor. As *Cartas de huma peruviana...*, famosa novela epistolar de Madame de Graffigny, continuam a série de obras francesas bem conhecidas. Segue-se uma quantidade de histórias sentimentais com títulos sugestivos. A publicação de romances deve-se à iniciativa de Paulo Martin filho, nosso primeiro editor.”³⁶

Se o trabalho de Camargo e Moraes esclareceu dúvidas sobre a publicação de alguns romances, ao mesmo tempo levantou novas questões, como a da edição: quem teria sido o primeiro editor a atuar no Brasil? Moraes não parece ter dúvidas, pois, já em *O bibliófilo aprendiz*, de 1975, afirmara:

“Bernardin de Saint-Pierre deve ter feito choramingar muita sinhá carioca com a *Choupana Índia e Paulo e Virgínia*. Muito romance impresso na Imprensa Régia era editado por Paul Martin. Esse Paul Martin, filho, era francês e foi, se não me engano, o primeiro editor que houve no Brasil. Mandava imprimir romances, novelas, folhetos políticos, poemas, orações fúnebres, que vendia na sua livraria da Rua da Quitanda n° 34.”³⁷

A partir daí, a referência a Paulo Martin como editor dos romances e folhetos impressos no Rio de Janeiro incorporou-se à história da Imprensa Régia.

Paulo Martin, francês de Tours, atuava como livreiro em Portugal desde 1777,³⁸ e como editor, pelo menos desde 1804, quando submeteu à censura um pedido de autorização declarando que “elle pertende mandar imprimir o Catalogo de Livros Portugueses, q’apresenta incluzo”. Em anexo, submeteu o manuscrito do “Catalogo de varios Livros impressos á custa de Paulo Martin, e de outros q’o mesmo tem em grande numero, com os preços por q’s se vendem Encadernados na sua Loja de frente do

³⁶ MORAES, Rubens Borba de. “A Imprensa Régia do Rio de Janeiro: origens e produção”. In: CAMARGO & MORAES, op. cit. p. XXIX.

³⁷ MORAES, Rubens Borba de. *O bibliófilo aprendiz*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975, 2ª edição, p.173.

³⁸ Ao menos esta é a data do primeiro Catálogo de sua livraria remetido à censura portuguesa. “Catálogo dos Livreiros e Editores” [RMC – ANTT – Caixa 10]

Chafariz do Loreto, n.º. 6³⁹, no qual se arrolam 143 obras de assuntos tão variados como Medicina e Religião, Química e Belas Letras.⁴⁰ Paulo Martin apresentava um catálogo bastante ortodoxo no que tange às Belas Letras, composto por 31 obras de autores tão consagrados como Racine, Fedro ou Sá de Miranda, ao lado de reflexões teóricas de Quintiliano, Cícero e Horácio. O gênero de maior apelo nesse momento – o romance – não comparece com um título sequer.

O livreiro esteve presente no Brasil desde pelo menos 1799⁴¹ e era um dos principais mercadores de livros aqui instalados, fazendo remessas regulares e volumosas de obras de Lisboa para venda no Rio de Janeiro.⁴² A instalação da Impressão Régia no Rio de Janeiro deve tê-lo beneficiado em suas atividades como livreiro, facilitando o acesso às obras ao tornar desnecessário importar alguns títulos para vender na cidade, evitando os trâmites relativos à censura e à importação. Curiosamente, os prelos cariocas parecem ter auxiliado também as atividades do livreiro *em Lisboa*. É o que se vê no “Catalogo das Obras impressas no Rio de Janeiro e que se achão de venda em Lisboa, na loja de Paulo Martin e Filhos, n.º. 6 defronte do Chafariz do Loreto”, submetido à aprovação da censura lisboeta em 1812.⁴³

Invertendo o fluxo dos livros que, durante séculos, partiram de Lisboa rumo ao Rio de Janeiro, Paulo Martin solicitou autorização para divulgar, em Lisboa, a venda de 45 títulos impressos pela Impressão Régia do Rio de Janeiro, compondo um catálogo de obras⁴⁴ variadas de Direito, Geografia, Medicina, Matemática, Economia, Agricultura, Biologia e Belas Letras.⁴⁵

³⁹ RMC – ANTT – Caixa 53 – [1804 – nov – 24]. Grifo meu.

⁴⁰ Sobre os catálogos de livros ver: DOMINGOS, Manuela D. “Os catálogos de livreiros como fontes da história da livro: o caso dos Reycend”. *Revista da Biblioteca Nacional*, s.2, vol. 4, Lisboa: 1989, pp 83-102.

⁴¹ Sobre a instalação da livraria de Paulo Martin no Rio de Janeiro ver NEVES, Lúcia Maria Bastos P. “Comércio de livros e censura de ideias: a actividade dos livreiros franceses no Brasil e a vigilância da Mesa do Desembargo do Paço (1795-1822)”, *Ler História*, n.23. Lisboa: 1992, pp. 61-78 e GUEDES, Fernando. *O Livro e a Leitura em Portugal. Subsídios para sua história (século XVIII - XIX)*. Lisboa: Verbo, 1987.

⁴² A partir de 1799 há registros de remessas cada vez mais numerosas de livros de Lisboa para o Rio de Janeiro conservados pela censura lusitana. Foram 23 pedidos de licença até 1807 e respectivo envio de 497 obras de Belas Letras, aos quais se somam outros 66 pedidos, realizados entre 1808 e 1826, período no qual foram remetidas 699 obras. Ver ABREU, Márcia. *O Caminho dos livros*. op. cit.

⁴³ O manuscrito obteve autorização de impressão em 17 de outubro de 1812 e autorização para circular em 27 de outubro de 1812. RMC – ANTT – Caixa 72 [1812 – X – 27]. Grifo meu.

⁴⁴ Devido à raridade do documento, o Catálogo está transcrito na íntegra no final do texto.

⁴⁵ Mais uma vez, o conjunto de obras de Belas Letras é reduzido – 10 títulos – e ortodoxo, contando com poemas de feição clássica, tragédias, um elogio e um sermão. Estranhamente, não se faz referência a um único romance – gênero ao qual se ligaria, supostamente, a atividade de Paulo Martin como editor.

Provavelmente Paulo Martin não era o editor de todas essas obras impressas no Rio de Janeiro – pois seria de estranhar que ele fosse o *editor* de publicações anunciadas no Catálogo como o “Codigo Brasiliense, ou Collecção das Leys, Alvarás, Decretos, Cartas Regias &c.” – mas talvez ele tenha sido o responsável por algumas delas, como pode ter ocorrido com o livro *Obras Poeticas de Pedro Antonio Correa Garção*, arrolado no Catálogo.⁴⁶ Segundo Camargo e Moraes, na última página da edição do Rio de Janeiro, consta que o livro “Vende-se em Casa de Paulo Martin Filho, na Rua da Quitanda n.º. 34”, o que permite supor que ele fosse o responsável pela publicação dessa que é a segunda edição da obra. Reforça essa hipótese o fato de a terceira edição, produzida pela Impressão Régia de Lisboa, em 1825, ter sido “feita á custa dos livreiros Martin & Irmão, estabelecidos por esse tempo na rua das Portas de Sancta Catharina”.⁴⁷ Se assim for, o papel de Paulo Martin como editor pode ter sido ainda mais relevante do que se supõe, produzindo não apenas “romances, novelas, folhetos políticos, poemas, orações fúnebres”, como supunha Moraes, mas obras de poetas de destaque na literatura portuguesa e, quiçá, alguns dos livros científicos reunidos no Catálogo.

Quem quer que tenha editado as obras reunidas no rol de livros anunciados por Paulo Martin mostrou tino na seleção dos títulos, os quais interessaram não apenas aos moradores do Brasil, mas também aos de Portugal. Considerando apenas as obras de Belas Letras, vê-se que a seleção de Martin incidiu sobre primeiras edições,⁴⁸ sobre títulos esgotados⁴⁹ e sobre obras de sucesso⁵⁰, mostrando uma eficiência e competitividade jamais supostas. Geralmente, considera-se que as obras saídas dos

⁴⁶ Referido no Catálogo como “Obras Poeticas de Pedro Antonio Correa Garção. 1812 em 8.º. 2 tom.”

⁴⁷ SILVA, Inocência Francisco da. op. cit.

⁴⁸ “Elogio do Ill^{mo}. e Ex^{mo}. Senhor Sebastião Jozé de Carvalho e Mello, Marquez de Pombal. 1811 em 4.º.” [A edição da *Oração funebre* (n.º 1520) feita no Brazil, safu com o titulo seguinte: *Elogio do ill.mo e ex.mo sr. Sebastião José de Carvalho e Mello, marquez de Pombal conde de Oeiras*, etc. Rio de Janeiro, sem designação de typ., 1811. 4.º gr de 14 pag. [...] mais tarde publicada n’O Investigador Portuguez em Inglaterra (jul. 1817, p/ 3-15). Entre aspas estão as indicações feitas no Catálogo de Paulo Martin. Entre colchetes, informações fornecidas por SILVA, Innocencio Francisco da. *Diccionario Bibliographico Portuguez*. Ophir, Biblioteca Virtual dos Descobrimientos Portugueses, 9, 2001.

⁴⁹ “O Uruguay. Poema de Jozé Basilio de Gama. 1811 em 8.º.” [Depois da 1ª edição em 1769, “O Uruguay tem sido no presente seculo varias vezes reimpresso, a saber: 1.ª no Rio de Janeiro, Imp. Regia 1811. 8.º de VI-87 pag.]. Publicado em 1769 em edição pouco superior a mil exemplares, é bastante provável que já não houvesse exemplares disponíveis – ou que estivessem se tornando raros – em 1811.

⁵⁰ O Catálogo refere 4 traduções e 1 obra de Bocage sucessivamente editadas em Portugal: “Ericia, ou a Vestal, Tragedia, traduzida do Francez por Bocage. 1811 em 8.º.”; “O Consorcio das Flores, traducção de Lacroix, por Bocage. 1811 em 8.º.”; “Eufemia, ou o Triunfo da Religião. Drama de D’Arnaud, traduzido por Bocage. 1811 em 8.º.”; “Os Jardins, ou a Arte de aformosear as paisagens. Poema de Delille, traduzido por Bocage. 1812 em 8.º.” “Improvisos de Bocage na sua mui perigosa enfermidade, dedicados aos seos bons amigos. 1810 em 8.º.”

prelos da Impressão Régia eram de excelente qualidade do ponto de vista tipográfico⁵¹, mas que deixariam a desejar do ponto de vista econômico, devido aos custos da impressão, muito mais elevados do que os praticados em Lisboa.⁵² Entretanto, o fato de Paulo Martin exportar livros produzidos no Rio de Janeiro para venda em Portugal indica que as obras aqui produzidas tinham vantagens sobre as saídas à luz em Lisboa. Seja por seus preços serem interessantes, seja pela qualidade gráfica, seja pela singularidade dos títulos, valia a pena o sacrifício de submeter-se às imposições da censura, às regulamentações da importação e aos prazos dos transportes para tê-las em mãos.

Se o Catálogo não traz novidades sobre os títulos impressos no Rio de Janeiro⁵³, traz forte impacto sobre a avaliação das atividades da Impressão Régia e sobre as relações livreiras entre Portugal e Brasil. Pela primeira vez, para ler a obra de um poeta aqui nascido, como Basílio da Gama, não era necessário comprá-la em Lisboa e remetê-la para sua terra natal. Ao contrário, os moradores de Lisboa é que teriam de aguardar a chegada da edição de *O Uruguay*, impressa no Rio de Janeiro, e vendida por Paulo Martin em Lisboa.

É difícil ter certeza sobre o papel desempenhado por Paulo Martin junto à Impressão Régia do Rio de Janeiro, pois, como afirmou Laurence Hallewell, “infelizmente, raramente temos meios de saber quando a iniciativa para uma determinada publicação partiu do livreiro, da Impressão ou do autor.”⁵⁴ Também nesse caso, os arquivos da censura podem ajudar, pois, para imprimir uma obra no Rio de

⁵¹ Rubens Borba de Moraes era um entusiasta dos trabalhos produzidos pela Impressão Régia do Rio de Janeiro: “Sob o ponto de vista tipográfico, não há a menor dúvida de que os impressores de hoje teriam muito o que aprender, vendo os livros e folhetos da Imprensa Régia. Esses compositores anônimos, vindos de Portugal, conheciam o *métier*. Eram mestres. Sabiam escolher tipos, paginar, compor uma página de rosto. Com poucos recursos obtinham efeitos admiráveis. Certas obras impressas nessa época são obras-primas de tipografia. Nunca mais se fez coisa igual no Brasil.” [MORAES, Rubens Borba de. *O bibliófilo aprendiz*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975, 2ª edição, p. 175.]

⁵² É uma idéia corrente afirmar que eram altos custos da impressão no Rio de Janeiro. Maria Beatriz Nizza da Silva, por exemplo, diz que: “quanto ao custo da impressão, sabemos pela correspondência de Luís dos Santos Marrocos que no Rio de Janeiro era mais elevado do que em Lisboa ou na Bahia”. (“Produção, distribuição e consumo de livros no Brasil colonial”, op. cit. p. 25).

⁵³ Todos os livros incluídos no catálogo constam da Bibliografia preparada por Ana Maria Camargo e Rubens Borba de Moraes. Há apenas uma pequena diferença no modo de referir a “Memoria sobre as Quinas, e Ensaio da Brasiliense pelo D^f. Antonio Jozé das Neves Mello. 1811 em 8^o.” citada por Paulo Martin. Na *Bibliografia da Impressão Régia do Rio de Janeiro* o livro é mencionado como: “Optimo celsissimo ac potentissimo principi Portugalliae regenti litterarum protectori munificentissimo hás circa stipae-arenariae aristam, atque cinchonam brasiliensem, et alias, observationes etc. D. Antonius Josephus das Neves Mello &.” Segundo informação dos autores, “Cabral descreve o folheto como “in 8^o. gr. de 14 pp. num.” e informa que a memória acerca da quina, em língua portuguesa, traz por título “Memória sobre as Quinas; e Ensaio da Brasiliense, remetida pelo Principe Regente Nosso Senhor para o uso dos Hospitales deste Reino”, ocupando as pp. 6 a 12; seguem-se as “Ephemerides botanicae”” (pp. 85-86)

⁵⁴ HALLEWELL, Laurence. *O Livro no Brasil*, São Paulo, EDUSP, 1985, p. 40

Janeiro, assim como se fazia em Lisboa, era necessário obter uma autorização, prática que deixa atrás de si registros relativos ao movimento editorial.⁵⁵

Efetivamente, Paulo Martin aparece como responsável por 21 solicitações de autorização de impressão, submetidas entre 1817 e 1821 ao Desembargo do Paço.⁵⁶ O livreiro apresentou pedidos para imprimir coisas tão disparatadas quanto “Noticia historica da vida e das obras de Jozé Hayde, Doutor em Música”, “Sinaes evidentes sobre aVinda do AntiChristo”, “Jornal para uzo do Charope Anti-Siphilitico de Boyreau Laffecteur”, “Condições da Companhia de Seguro = Probidade =”, “Novo Epitome deGramatica Latina”, “Oração Funebre q’nas solemnes Exequias da Muito Alta, Muito Poderosa Rainha Fidedelissima D. Maria Primeira, recitou no Rio das Mortes, o P^e. Manoel Joaqui^m. Ribeiro”, “Instruções sobre os Contheudos necessarios a hum Official”, “O Balão aos habitantes da lua”.

Entretanto, a maneira de se referir àquilo que desejava imprimir deixa na sombra boa parte do que foi publicado por seu intermédio, pois Paulo Martin (e outros) pediam, freqüentemente, autorização para imprimir “*um manuscrito*”, “*o folheto incluso*”, “*as obras juntas*”, “*o original incluso*”, “*instruções inclusas*”, “*condições inclusas*” etc.⁵⁷ Por traz dessas indicações genéricas podem estar os romances que se supõe tenham sido agenciados por ele, mas é difícil confirmar essa possibilidade, pois os *inclusos* não estão conservados junto com a documentação.

Poucas vezes, a formulação é mais completa. Felizmente, um desses poucos casos, trata de publicação de obra ficcional:

⁵⁵ Mesa do Desembargo do Paço – Licenças. Código do Fundo: 4K. Seção de guarda: codes sde, caixas 818 a 821 (antigas 168 -171), Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. As licenças para impressão e circulação de livros no Brasil foram estudadas por Lúcia Bastos Pereira das Neves (NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira & FERREIRA, Tania Maria T. Bessone da C. “O medo dos ‘abomináveis princípios franceses’: a censura dos livros nos inícios do século XIX no Brasil”, *Acervo, Revista do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro: 4 (1): 113-119, jan-jun 1989; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira. “Comércio de livros e censura de ideias: a actividade dos livreiros franceses no Brasil e a vigilância da Mesa do Desembargo do Paço (1795-1822)”, *Ler História*, n.23. Lisboa: 1992, pp. 61-78; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. “Um silêncio perverso: censura, repressão e o esboço de uma primeira esfera pública de poder (1820-1823). In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). *Minorias silenciadas: história da censura no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo / Imprensa Oficial do Estado / Fapesp, 2002) e por Leila Mezan Algranti (ALGRANTI, Leila Mezan. “Política, religião e moralidade: a censura de livros no Brasil de D. João VI (1808-1821). In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). *Minorias silenciadas: história da censura no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo / Imprensa Oficial do Estado / Fapesp, 2002). Ver também o artigo de Luiz Carlos Villalta (VILLALTA, Luiz Carlos. “Censura literária e inventividade dos leitores no Brasil colonial”. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). *Minorias silenciadas: história da censura no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo / Imprensa Oficial do Estado / Fapesp, 2002).

⁵⁶ Mesa do Desembargo do Paço – Licenças. Código do Fundo: 4K. Seção de guarda: codes sde. Caixa 821 (antiga 171), pacote 03, doc 39. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

⁵⁷ Das 21 solicitações apresentadas por Paulo Martin, 10 não trazem o título da obra.

Diz Paulo Martin, que tendo feito reimprimir o folheto incluzo intitulado Aventuras galantes de dois Fidalgos Estudantes e achando-se a mesma reimpressão pronta apresenta os quatro Exemplares do costume e requer a V. Mag^e. licença para q' a dita possa correr. Como Procurador Zeferino Vito.

[Despacho:] Vai deferido. Rio de Janr^o. 26 de 9br^o. de 1818.⁵⁸

A obra, jamais vista por Cabral ou por Camargo e Moraes, fora anunciada na *Gazeta do Rio de Janeiro*, no mesmo ano de 1818, tendo sido, por isso, incorporada às suas listagens de livros publicados pela Impressão Régia. Como se vê, a autorização pedida por Paulo Martin diz respeito à “reimpressão”, permitindo supor que a outra edição tivesse sido feita em Portugal – uma vez obtida licença em Lisboa, a censura brasileira ficava restrita a autorizar a reimpressão, mesmo que essa fosse a primeira edição brasileira.⁵⁹

Paulo Martin menciona o fato de ter apresentado “os quatro Exemplares do costume” a fim de obter a licença para que a obra pudesse correr, o que gera uma expectativa de que os originais submetidos à avaliação possam ser, um dia, encontrados. Entretanto, um outro documento apresentado por Paulo Martin, em que pede autorização para deixar correr a reimpressão de “Sinaes evidentes sobre aVinda do AntiChristo”, faz com que as esperanças diminuam:

“achando-se a dita reimpressão já pronta, succedeu perder-se-lhe o Original, em que estava o Despacho = Reimprima-se e volte p^a. conferir = e como ao Supp^e. cauza notavel prejuizo o não correr a d^a. Obra por isso apresenta os Exemplares do costume e: Requer a V. Magd^e. a Graça de o relevar da apresentação do d^o. Original e Conceder-lhe licença para a dita reimpressão poder correr.”

[Despacho:] “Escusado. Rio de Janeiro 9 de Novbr^o. de 1818”⁶⁰

O caso referido por Paulo Martin deixa claro que originais com os pareceres eram retirados do Tribunal pelos requerentes, de modo que os arquivos não os

⁵⁸ Caixa 821 (antiga 171), pacote 03, doc 39.

⁵⁹ Há parecer favorável de João Francisco Braga, em abril de 1818, e de Jozé da Silva Lisboa, em 2 de setembro de 1818. Em caso de reimpressão, os censores, em geral, são bastante sucintos, limitando-se a conferir o texto apresentado com a edição que obteve autorização.

⁶⁰ Caixa 821 (antiga 171), pacote 03, doc 39.

conservavam. Assim, muitos dos livros avaliados e aprovados pela censura podem ter tido o mesmo destino daqueles levados por Paulo Martin: perder-se.⁶¹

É difícil saber qual era o papel de Paulo Martin na publicação dessas obras. Seria ele seu editor? ou apenas o responsável pela tramitação dos papéis junto aos órgãos de censura? Dificilmente uma publicação como “Condições da Companhia de Seguro = Probidade =”, que traz as normas de funcionamento da Companhia, necessitaria de um *editor*. Os arquivos conservam 2 exemplares impressos dessas “Condições...”, nos quais sequer consta o nome de Paulo Martin, havendo apenas, na última página do impresso, a indicação: “RIO DE JANEIRO. NA IMPRESSÃO REGIA. 1817. *Com licença da Meza do Desembargo do Paço*”. Nesse caso, ele provavelmente atuou como um intermediário entre a Companhia de Seguro e a Mesa do Desembargo do Paço.

Mas, em alguns casos, era ele quem recorria a terceiros para fazer tramitar a documentação. No já referido caso da publicação das *Aventuras galantes...*, assim como em outras duas ocasiões, o nome de Zeferino Vito de Meirelles aparece como procurador em pedidos de autorização submetidos por Paulo Martin. Talvez nesse momento, ele tenha sido verdadeiramente o editor das obras.

A ciranda se complica com a entrada em cena de Zeferino Vito de Meirelles, responsável, ele próprio, por pedidos de autorização para impressão de livros como “Carta escrita pela Senhora de ... residente em Constantinopla”⁶² ou “Drama Tito, ou o Triunfo do Amor e da Virtude”.⁶³

Em janeiro de 1818, Meirelles apresentou um pedido para publicar o livro “= Leitura para os Meninos, contendo varias Historietas moraes. &c. =”, tido por Camargo e por Moraes como sendo “o primeiro livro para crianças publicado no Brasil”.⁶⁴ A tramitação não foi simples, pois o processo estava incompleto, de modo que o despacho

⁶¹ Em outro pedido, apresentado por Paulo Martin, por intermédio do procurador Zeferino Vito de Meirelles, ocorreu problema semelhante: “tendo mandado imprimir as Condições inclusas e apresentado os Exemplares do costume p^a. obter alicença de correr i com tudo porq’ naõ juntou o Original naõ obteve: Portanto agora que incluzo junta, novamente requer aV. Magd^e. se digne conceder-lhe licença para q’possao correr as ditas Condições.” Despacho: “P.P. á Junta da administração da Imprensa Regia para informar os motivos do seo despacho despois de concedida p^f. esta Mesa a licença de imprimirse, fazendo a assim dependente da licença da mesma Juncta. Rio de Janr^o. 24 de Julho de 1817.” [Caixa 820 (antiga 170), Pacote 3]

⁶² O livro *Carta Escrita pela Senhora de *** residente em Constantinopla a huma sua Amiga, em q trata das mulheres Turcas, do seu modo de viver, divertimentos, vestidos, maneira de tratar os maridos &c.* não foi localizado por Valle Cabral nem tampouco por Camargo & Moraes, sendo indexado a partir do registro da Biblioteca Nacional e do anúncio publicado na *Gazeta do Rio de Janeiro*, em 22 de dezembro de 1819. [Camargo & Moraes, op. cit. p. 215]

⁶³ Os documentos relativos a Zeferino Vito Meirelles estão na Caixa 821 (antiga 171), Pacote 04, doc 78.

⁶⁴ O livro não foi localizado por Valle Cabral nem tampouco por Camargo & Moraes, sendo indexado a partir do registro da Biblioteca Nacional e do anúncio publicado na *Gazeta do Rio de Janeiro*, em 10 de junho de 1818. [Camargo & Moraes, op. cit. p. 202]

do censor limitou-se a solicitar a apresentação da autorização do Ordinário – “Juntese licença do ordinario.” No mês seguinte, o suposto autor da obra, o Capitão do Real Corpo de Engenheiros Joze Saturnino da Costa Pereira reapresentou o pedido, juntando a autorização do Ordinário, e conseguindo, com isso, dar andamento aos papéis. José da Silva Lisboa, censor designado para examinar a obra, não estava em dia de grande loquacidade e limitou-se a declarar: “li o manuscripto intitulado = Leitura para os Meninos = que pede licença para imprimir o Capitaõ Joze Saturnino da Costa Pereira. Parece-me deferível a licença pedida.”⁶⁵ Toda essa dificuldade parece ter valido a pena pois *Leitura para os meninos* foi voltou a sair à luz em 1821, 1822 e 1824, sendo o único caso de reedição realizado pela Impressão Régia do Rio de Janeiro.⁶⁶

Se nesse caso, pairam dúvidas sobre o papel desempenhado por Meirelles e por Costa Pereira, em pedido apresentado em maio de 1818, Zeferino Vito de Meirelles declara-se explicitamente como “editor”:

“Diz Zeferino Vito de Meirelles, que propondo-se afazer imprimir, na qualidade de Editor, hum Discurso recitado na Villa de Alcantara do Maranhaõ [...]”

Assim, é preciso considerar que, no início da imprensa no Brasil, deve ter havido pelo menos dois editores e não apenas um como se supunha. Maria Beatriz Nizza da Silva, embora reconhecesse apenas Paulo Martin como editor, apostava na possibilidade de que outros desempenhassem essa função:

“Paulo Martin é o único caso que conheço de livreiro-editor no Rio de Janeiro deste período, mas é possível que existissem outros mercadores de livros com capitais suficientes para se dedicarem à edição, principalmente de folhetos pouco dispendiosos e de consumo certo, como, aliás, eram os publicados Martin.”⁶⁷

Se Zeferino Vito de Meirelles era conhecido como responsável pelo primeiro jornal diário a circular no Rio de Janeiro, e como fundador da Imprensa do Diário, criada em 1821, é preciso incluir também seu nome entre os pioneiros da edição no

⁶⁵ Caixa 820 (antiga 170), Pacote 3, doc 60.

⁶⁶ Tanto Cabral quanto Camargo e Moraes não viram nenhum exemplar, baseando-se em anúncio da *Gazeta do Rio de Janeiro* de 10 de junho de 1818 e em Registro da Biblioteca Nacional. A localização de licença de impressão pode ser uma prova de que a obra foi efetivamente publicada no Rio de Janeiro.

⁶⁷ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. “Produção, distribuição e consumo de livros no Brasil colonial”. In: *Colóquio Letras*, n.º. 50, Lisboa: julho de 1979, p. 24.

Brasil e considerar que esses primeiros editores provavelmente não se dedicaram apenas à impressão de folhetos baratos, mas envolveram-se com a produção de obras de maior vulto.⁶⁸

Infelizmente, a quantidade de pareceres conservados no Rio de Janeiro relativos à impressão de livros é restrita, seja pois os documentos se perderam, seja pois foram utilizadas autorizações obtidas em Lisboa para uma edição anterior. Assim, ainda não se pode ter certeza sobre quem foram os responsáveis pelas edições da Imprensa Régia e sequer sobre os títulos que dali saíram.

Apesar dos esforços de tantos pesquisadores, estamos ainda, mais ou menos na mesma situação em que estava Valle Cabral no final do século XIX: cheios de dúvidas. Resta a esperança de que, no bicentenário da Imprensa Régia, a ser comemorado dentro de poucos anos, haja menos incertezas e mistérios em torno à atuação da primeira casa impressora instalada no Brasil.⁶⁹

ANEXO

Catalogo

das Obras impressas no Rio de Janeiro e que se achão de venda em Lisboa, na loja de Paulo Martin e Filhos, n.º. 6 defronte do Chafariz do Loreto.⁷⁰

Codigo Brasiliense, ou Collecção das Leys, Alvarás, Decretos, Cartas Regias &c. promulgadas no Brasil desde a feliz chegada do Principe Regente N. S. áquelles Estados, com hum Indice Chronologico.

Almanack da Corte do Rio de Janeiro para o anno de 1811 em 12º.

Planta da Cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro, levantada por Ordem de S.A.R.

Ensaio sobre a Critica de Alex. Pope, traduzido em Portuguez pelo Ex^{mo}. Conde de Aguiar, com notas do traductor e o texto Inglez ao lado. 1810 em 8º.

Ensaio Moraes de Alex. Pope em quatro Epistolas a diversas pessoas, traduzidas pelo mesmo com notas eo texto Inglez ao lado. 1811 em 8º.

⁶⁸ Segundo Ernesto de Senna, Zeferino Vito Meirelles fundou, em 1821, a Imprensa do Diário, na qual foi impresso, a partir de 1 de abril o *Diário do Rio de Janeiro*, que fora publicado pela Imprensa Régia nos seis meses anteriores. [Senna, Ernesto de. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico*.]

⁶⁹ Simone Cristina Mendonça de Souza está estudando a publicação de romances pela Imprensa Régia em sua Tese de Doutorado, desenvolvida sob minha orientação, intitulada “Romances da Imprensa Régia (1808-1822): um estudo dos romances publicados no Brasil nas primeiras décadas do século XIX”, com financiamento da FAPESP.

⁷⁰ RMC – ANTT – Caixa 72 [1812 – X – 27]

Tratado de Inflamação, Feridas e Ulceras, extrahido da Nosographia Cirurgica de Richerand p Dr Joaquim da Rocha Mazairem. 1810, em 8º.

Indagações Physiologicas sobre a Vida e a Morte por Bichat, traduzidas pelo mesmo. 1812 em 8º.

Ensaio sobre os perigos das Sepulturas dentro das Cidades e nos seus contornos por Jozé Correa Picança. 1812 em 8º.

Methodo novo de curar segura e promptamente o Antraz ou Carbunculo, e a Pustula maligna por Luiz de S. Anna Gomes. 1811 em 8º.

Reflexões sobre alguns dos meios propostos por mais conducentes para melhorar o Clima da Cidade do Rio de Janeiro, por Manoel Vieira da Silva. 1808 em 8º.

Tratado elementar d'Arithmetica por Lacroix traduzido para uso da Real Academia Militar por Francisco Cordeiro da Silva Torres. 1810 em 8º.

Elementos de Geometria por Le Gendre, traduzidos por Manoel Ferreira de Araujo Guimaraes. 1809 em 8º.

Tratado de Trigonometria por Le Gendre, traduzido pelo mesmo 1809 em 8º.

Elementos d'Algebra por Lacroix, traduzidos para uso da Real Academia Militar por Francisco Cordeiro da Silva Torres. 1811 em 8º.

Elementos d'Algebra de Leonardo Euler, traduzidos para uso da Academia Militar 1809 em 8º.

Considerações fundadas em factos sobre a extinção da Companhia do Porto, com hum Additamento ás mesmas. 1812 em 8º.

Memoria Economica sobre a franqueza do Commercio dos vinhos do Porto. 1812 em 8º.

Ensaio sobre o estabelecimento de Bancos para o progresso da industria e riqueza nacional. 1812 em 8º.

Collecção de Obras de Jozé da Silva Lisboa, autor dos Principios de Direito Mercantil, sobre o Commercio e Industria do Brasil a saber:

Observações sobre o Commercio franco no Brasil 2 tomos

Razões dos Lavradores de Buenos Ayres para a franqueza do Commercio com os Inglezes, e exame dos effeitos do novo regulamento nos interesses commerciaes do Brasil 1 tomo

Observações sobre a prosperidade do Estado pelos liberaes principios da nova Legislação do Brasil 1 tomo

Observação? sobre a franqueza [sic] da industria e estabelecimento de Fabricas no Brasil. 2 tomos

Refutação das declamação?s [sic] contra o Commercio Inglez extrahida de escriptores eminentes. 2 tomos.

Reflexo?s sobre o Commercio dos Seguros. 1 tomo

Cada Tratado se vende separado.

Roteiro e Mappa da Viagem da Cidade de S. Luiz do Maranhão até à do Rio de Janeiro, pelo Coronel Sebastião Gomes da Silva Berford. 1810 em 8°.

Roteiro da Cidade de S. Maria de Belem do Gram-Pará pelo Rio Tocantins acima até o Porto Leal do Pontal na Capitania de Goiaz, por Manoel Jozé d'Oliveira Bastos. 1811 em 8°.

Elogio do Ill^{mo}. e Ex^{mo}. Senhor Sebastião Jozé de Carvalho e Mello, Marquez de Pombal. 1811 em 4°.

Sermaõ em Acção de Graças pelos Reaes Despozorios da Serenissima Princeza D. Maria com o Serenissimo Infante D. Pedro Carlos, prégado [sic] na Igreja de S. Salvador dos Campos por Fr. Bento da Trindade. 1811. em 8°.

Nova Castro. Tragedia. 1811 em 8°.

O Uruguay. Poema de Jozé Basilio de Gama. 1811 em 8°.

Ericia, ou a Vestal, Tragedia, traduzida do Francez por Bocage. 1811 em 8°.

O Consorcio das Flores, traducção de Lacroix, por Bocage. 1811 em 8°.

Eufemia, ou o Triunfo da Religiaõ. Drama de D'Arnaud, traduzido por Bocage. 1811 em 8°.

Os Jardins, ou a Arte de aformosear as paisagens. Poema de Delille, traduzido por Bocage. 1812 em 8°.

*

Obras Poeticas de Pedro Antonio Correa Garçaõ. 1812 em 8°. 2 tom.

Memoria sobre as Salitreiras Naturaes de Monte Rorigo [sic], e maneira de as auxiliar por meio das artificiaes, por Jozé Vieira Couto. 1809 em 8°.

* Improvisos de Bocage na sua mui perigosa enfermidade, dedicados aos seus bons amigos. 1810 em 8°.

Modo de cultivar a Canelleira, extrahir e preparar a sua Casca, Oleos, Canfora &c. resumido das Memorias que se conservaõ no Archivo do Senado da Camara do Rio de Janeiro, e accommodado ao uso do povo. 1809 em 8°.

Discurso sobre a utilidade da instituição de Jardins nas principaes Provincias do Brasil pelo Dr. Manoel de Arruda da Camara. 1810 em 8º.

Dissertação sobre as Plantas do Brasil que podem dar linhos propios par amuitos usos da sociedade, e suprir a falta de Canhamo, pelo mesmo. 1810 em 8º.

Plano d'Organização d'huma Escola Medico-Cirurgica que por Ordem de S.A.R. traçou e escreveu o D^f. Vicente Navarro d'Andrade. 1812 em 8º.

Memoria sobre as Quinas, e Ensaio da Brasiliense pelo D^f. Antonio Jozé das Neves Mello. 1811 em 8º.

Memoria sobre a Canella do Rio de Janeiro escrita a rogo do Senado da Camara da mesma Cidade pelo D^f. Bernardino Antonio Gomes. 1809 em 8º.

Noticia historica e abreviada para servir à cultura de huma remessa de arvores especieiras e fructiferas da Colonia de Cayenas. 1810 em 8º.

Imprima-se e torne. Lx^a. 17 de de 8^{bro}. de 1812

[5 rubricas]